



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE
RONDÔNIA (GAEPE/RO)
ATA DA REUNIÃO GAEPE – 23/07/2021
(34ª REUNIÃO)

Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de 2021, reuniram-se, por videoconferência: Paulo Curi Neto, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado, representando a Egrégia Corte de Contas; Yvonete Fontinelle de Melo, Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas do Estado (MPC/RO); Marcília Ferreira da Cunha e Castro, Promotora de Justiça e Coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF; Julian Imthou Farago, Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial Cível – GAECIV; Sérgio Muniz Neves, Defensor Público e representante da Defensoria Pública do Estado de Rondônia (DPE/RO); Valmir Souto, Coordenador de Processo e Planejamento da SEDUC/RO; Luslarlene Fiamett, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO); Flávia Serrano, coordenadora estadual da Covid-influenza e representante da Agência de Vigilância Sanitária do Estado de Rondônia (AGEVISA/RO); Célio Lang, Prefeito do Município de Urupá e Presidente da Associação Rondoniense de Municípios (AROM); Luciano Farias, Coordenador de Educação da AROM, e Celene Gomes, Chefe de Gabinete da Presidência da AROM; Agenor Fernandes de Souza, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação de Rondônia (CEE/RO); Augusto Pellucio, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia (SINEPE/RO); Alessandra Gotti e Ismar Barbosa da Cruz, representando o Instituto Articule; Rita de Cássia Paulon, Professora e Consultora; Marcilene Rodrigues da Silva Souza, Secretária Municipal da Educação de Pimenta Bueno/RO; Gláucia Negreiros, Secretária Municipal da Educação de Porto Velho/RO; Zenilda Terezinha Mendes da Silva, Secretária Municipal da Educação de Cerejeiras/RO; Elenice Salete Medeiros Piana, Secretária Municipal da Educação de Ariquemes/RO; Rosimeire Luciene Ferreira, Gestora do Setor de Transporte Escolar - SEMED de Ariquemes/RO, bem como diversos titulares e/ou representantes de Secretarias Municipais de Educação, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência. Registre-se a participação especial da Sra. Lionilda Simão de Souza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Rondônia - SINTERO, e do Sr. Simon Rio, representante do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia - DETRAN/RO.

1) O que foi discutido

Inicia-se a reunião com o Presidente Paulo Curi cumprimentando a todos, em especial a Presidente do SINTERO, a Sra. Lionilda, e o representante do DETRAN, Sr. Simon. Após, a Dra. Alessandra informa que foi definido o retorno das escolas estaduais para a data de 09/08, estando a rede municipal se preparando, através da implantação dos protocolos de segurança, para a volta do ensino presencial. Dessa forma, indica, para início da pauta do dia, debates sobre os desafios de ordem pedagógica e orçamentária enfrentados pelos municípios. Ainda, destaca que, com o anúncio do retorno presencial da rede estadual, foi encaminhado aos municípios o plano de operacionalização do retorno às aulas presenciais, e assim, após ultrapassado o desafio dos planos de retomada nos municípios, tem-se a questão do desafio da ordem pedagógica, sendo necessário realizar uma avaliação diagnóstica.

É anunciada a participação do Sr. Vinicius S. de Moraes, da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) do TCE-RO, para fazer uma exposição sobre as estratégias para a realização da avaliação diagnóstica, a qual será seguida por uma apresentação do Sr. Felipe M. P. de Paula, titular da SEPLAN/TCE-RO, sobre a elaboração dos Planos Plurianuais (PPA).

O Sr. VINÍCIUS, compartilhando sua tela, fala sobre a avaliação diagnóstica, informando os pontos a serem mapeados para, posteriormente, auxiliarem no planejamento pedagógico das escolas municipais. O objetivo gira em torno de criar um roteiro para apoio aos gestores, priorizando as atividades que devem ser melhor desenvolvidas. Haverá a disponibilização da Plataforma de Apoio à Aprendizagem para realização

desse diagnóstico, um recurso que mapeará o nível de conhecimento das etapas escolares (ensino infantil e fundamental), havendo o direcionamento com um roteiro de 10 passos. Dessa forma, será obtido um retrato da rede, possibilitando direcioná-lo de acordo com a necessidade mostrada. O Sr. FELIPE se manifesta para reforçar que essa é uma iniciativa de apoio aos municípios que ainda não estruturaram sua avaliação diagnóstica para o retorno presencial, um auxílio para a realização dessas avaliações e para o direcionamento de seus resultados.

A Dra. ALESSANDRA retoma a palavra para destacar, diante do exposto, que o gasto que os municípios terão será apenas com a impressão dos materiais para a avaliação, e pergunta sobre a possibilidade de apoio, por parte da SEDUC, nessa questão. O Sr. VALMIR, representando a Secretaria nesta reunião, informa que não há estruturas no órgão para esse fim, e que, quando precisam de materiais impressos em pouca quantidade, buscam auxílio por meio do Ministério Público. Destaca, ainda, que levará essa observação ao Secretário Suamy. O Dr. JULIAN, também instado a se manifestar, informa que é possível um auxílio aos municípios, dependendo da importância do tema referente aos gastos a serem feitos.

Após apontamentos feitos pelo Presidente Paulo Curi, o Sr. FELIPE se manifesta, a respeito dos gastos por parte dos municípios, para informar que esse quantitativo dependerá de cada município, vez que uns separaram recursos para esse tema e outros não. Aproveita para enfatizar o apoio técnico que será oferecido, dando um auxílio sobre como operacionalizar esse ponto. Destaca que segunda-feira, em reunião com os gestores municipais e a UNDIME, serão levantadas as problemáticas e limitações de cada município.

Passa-se então ao próximo ponto da pauta, sobre a alocação de recursos para as ações a serem executadas na educação através do Plano Plurianual (PPA). O Sr. FELIPE compartilha sua tela e inicia a apresentação informando o objetivo de ofertar aos gestores, através do Tribunal de Contas, um curso de formação com suporte técnico para a elaboração desse plano, auxiliando no aprimoramento da gestão pública orçamentária e visando principalmente a educação infantil. Apresentando as etapas do processo orçamentário e demais informações, explica que o Plano deve ser capaz de viabilizar o alcance de resultados com eficácia e efetividade, transformando a realidade social nesse ponto.

A Dra. ALESSANDRA, em consonância com os pontos levantados pelo Dr. Ismar e pelo Presidente Paulo Curi, exorta a AROM e a UNDIME para participação e engajamento dos gestores municipais nesta iniciativa. O Sr. CÉLIO, instado a se manifestar, destaca a prioridade que deve ser dada ao tema da saúde e da educação, e sugere a elaboração de uma Nota Técnica pela AROM e UNDIME, orientando os municípios para que priorizem recursos à educação. Informa ainda que, através de um projeto de lei, serão passados determinados fundos às direções das escolas, para um trabalho direto com o financeiro, facilitando os trabalhos imediatos nas escolas, um apoio financeiro. Tudo isso após seguir todos os procedimentos necessários.

A Dra. ALESSANDRA dá seguimento à reunião com o ponto da pauta referente ao retorno das atividades presenciais, passando a palavra, para início dos debates, à representante do SINTERO, a Sra. LIONILDA, que inicia sua fala cumprimentando a todos. Destaca o compromisso dos trabalhadores com uma educação de qualidade e inclusiva, o que tornou-se prejudicado diante do momento enfrentado. Nota, acompanhando a reunião, que a qualidade do ensino é uma das prioridades do GAEPE, sendo este um tema de extrema importância, e que necessita de ampliação para debates. Entretanto, coloca que, enquanto entidade sindical, não vê alguns pontos sendo tratados com a devida importância, vez que também se preocupam com a qualidade da educação, havendo inclusive articulações com várias entidades para dirimir os eventuais problemas que surgiriam com o retorno presencial. Aproveita para delimitar as diversas dificuldades enfrentadas pelos educadores nesse período, sendo uma delas a falta de conectividade por parte dos alunos e os gastos próprios oriundos do ensino remoto. Enfatiza que todos entendem as dificuldades em se continuar com o ensino remoto, mas os mesmos acompanham a realidade das escolas através da participação nas comissões organizadoras do retorno, e observam que as ações dos protocolos de segurança ainda não foram implementadas, sequer havendo a visitação das escolas. Fala ainda sobre o ensino dos alunos da área rural, que se dá apenas por materiais impressos, sendo necessário também avaliar as condições dos ônibus escolares para transporte dos mesmos. Destaca que, em outubro, há a previsão de que todos os profissionais educacionais estejam vacinados, iniciando-se assim o quarto bimestre dos alunos na modalidade presencial. Finaliza dizendo que vê as reuniões do GAEPE com muita esperança, e que a educação precisa de uma transformação, e, como entidade sindical, querem contribuir para um ensino de qualidade. Afirma que não há resistências ao retorno presencial, mas querem uma volta segura para todos.

A Dra. ALESSANDRA faz um adendo para destacar o reconhecimento do trabalho e esforço despendido pelos professores. Destaca que as ações sobre a implantação dos protocolos de segurança têm sido uma preocupação para o Gabinete, e que iniciativas vêm sendo tomadas para melhor atender o ensino presencial. Ressalta também o avanço otimizado da vacinação, estando o Estado de Rondônia em 10º lugar no ranking nacional.

A palavra é passada para a Dra. FLÁVIA, que traz as perspectivas da vacinação. Destaca que os desafios são grandes, mas que os avanços são bem produtivos. Destaca que, apesar de a ação imunizante ser importante, não se pode condicionar o retorno a ela. Aproveita para fazer uma apresentação sobre a Nota Técnica para a redução do intervalo para aplicação da 2ª dose das vacinas, trazendo os dados a respeito desse ponto. Frisa que, mesmo com a vacinação, ainda estaremos sujeitos ao vírus, sendo imprescindível a manutenção dos protocolos de segurança.

A Secretária ELENICE pede a palavra para trazer as informações a respeito de Ariquemes, ressaltando que o ensino presencial retorna no dia 16/08, estando os professores totalmente imunizados. A frota dos ônibus encontra-se organizada, e será feito um escalonamento entre os alunos, com 50% da capacidade nas salas inicialmente.

A Sra. LUSLARLENE pede a palavra e destaca que os profissionais da educação estão trabalhando incansavelmente, e que em nenhum momento isso foi desvalorizado. Ressalta que todos os municípios que estão para voltar no mês de agosto encontram-se em condições para retornar, com todos os protocolos de segurança instalados e vistoriados pelos órgãos de controle. Os que não estão, estão se adequando para um retorno seguro, já que nenhum dos Secretários Municipais levariam alunos e professores para dentro das escolas sem ter todos os protocolos instalados de acordo com as normas técnicas dispostas pela AGEVISA e demais órgãos.

Seguindo-se a lista para uso da palavra, a Secretária MARCILENE compartilha sua experiência sobre o retorno ocorrido em Pimenta Bueno no dia 19 de julho: começaram com 30% dos alunos, e fecharam essa semana atingindo 50% que desejam retornar ao ensino presencial, seguindo todos os protocolos de segurança indicados. Informa que o transporte escolar encontra-se funcionando de forma efetiva, e que todos os trabalhadores estão equipados com os materiais necessários. Destaca ainda as várias estratégias para divulgar as ações realizadas nas escolas, e que tiveram uma boa adesão por parte dos funcionários. Quanto à realização do ensino híbrido, ressalta que será pago aos professores horas extras pelas aulas realizadas na modalidade remota, o que os motivou.

Prosseguindo com os pontos da pauta, é passado ao tema do transporte escolar. O Sr. LUCIANO inicia sua apresentação compartilhando sua tela, dando uma contextualização sobre o ponto e explicando os resultados obtidos através do envio de um questionário aos 52 municípios do Estado, sendo colhidos dados sobre o total de frotas em cada cidade e se estavam aptos ao retorno das aulas presenciais (52% dos municípios informaram que sim), além de outros questionamentos. Quanto às vistorias, informa que metade dos municípios não conseguiram realizar em razão da falta de recursos. Dessa forma, pergunta ao representante do DETRAN sobre como proceder na questão das vistorias, visto o tempo parado das frotas.

Passada a palavra ao Sr. SIMON, este informa a obrigatoriedade legal das vistorias semestrais, mas devido à situação pandêmica enfrentada, discorre sobre a flexibilização das datas: em Rondônia, são previstos dois períodos para realização das vistorias - um para obter a autorização para transportar alunos no 1º semestre (prazo de 15/12 a 15/02) e outro para o 2º semestre (prazo de 15/06 até 15/08). Esta última data prevista foi enviada, por meio de ofício, a todas as Prefeituras do Estado, pedindo a relação dos veículos para as municipalidades que se preparavam para o retorno das aulas. Para que o transporte ocorra de forma regular e segura, é necessário que se tenha essa revisão e autorização, ainda mais após um ano parados. Caso os municípios não consigam a autorização dentro desse prazo, o mesmo encontra-se postergado para regularização dos veículos, os quais não poderão estar circulando com as crianças antes dessa regularização.

A Dra. ALESSANDRA questiona se, no início de agosto, seria possível ter um panorama dos veículos que não estão vistoriados, para se ter um mapeamento sobre esse ponto. O Sr. SIMON responde que sim, mas também que depende do envio de informações pelas Prefeituras sobre os veículos atendidos e vistoriados. Pedirá, com base na solicitação do Gabinete, o envio dessas informações de forma parcial para o início de agosto.

A palavra é passada para a Secretária GLAUCIA, que traz as novidades sobre Porto Velho, informando que estão finalizando os procedimentos de entrega dos materiais em todas as escolas municipais. Destaca a composição de 20 comissões que estão atuando em todas as unidades de ensino (zona urbana e rural), entregando os materiais de biossegurança e sinalizando todo o ambiente escolar. Pretende-se um retorno gradual e escalonado a partir do dia 16 de agosto, visto a antecipação da segunda dose da vacina para os dias 05, 06 e 07/08 para os profissionais da educação.

A Sra. ROSIMEIRE pede a palavra e fala sobre o transporte escolar em Ariquemes, informando que os protocolos estão sendo seguidos e os veículos encontram-se em perfeitas condições. Dessa forma, solicita que haja menos morosidades para aprovação dos documentos, procurando agilizar esses procedimentos.

O Presidente PAULO CURTI aproveita para solicitar ao Sr. Simon que leve essa demanda a direção do DETRAN, buscando priorizar a pauta sobre a fiscalização do transporte escolar dentro do Departamento. O Sr. SIMON informa que esses anseios serão levados à direção, sendo sugerido, em seu relatório, a postergação de validade do documento do transporte escolar para os veículos vistoriados no primeiro semestre do ano de 2021, o que será deliberado pela direção.

O Dr. ISMAR destaca que o ponto do transporte escolar retornará para os próximos debates, inclusive em razão do retorno presencial que está sendo organizado. Agradece a presença do Sr. Simon e encerra esse ponto da pauta. Passa então a palavra ao Sr. Valmir, para iniciar o ponto sobre as atualizações das comissões de monitoramento para implantação dos protocolos de retorno às aulas. Compartilhando sua tela, o Sr. VALMIR apresenta o andamento dessa estratégia, informando as ações já realizadas: a elaboração do questionário (através do *LimeSurvey*), a instituição de comissões municipais e da comissão Estadual, o *webinário* de formação realizado no dia 13/07, e o plantão Tira Dúvidas realizado no dia 20/07 (dois eventos de formação), além de outras informações. Destaca que tudo encontra-se encaminhado, sendo necessário ainda que alguns municípios participem de forma efetiva na plataforma.

O Dr. ISMAR sugere que, em decorrência da hora, que os dois pontos faltantes sejam adiados para a próxima reunião, sendo tratados logo no início do encontro. A Dra. ALESSANDRA concorda com a ideia apresentada, para uma melhor discussão, na próxima reunião, a respeito do diagnóstico da educação infantil e da conectividade. A sugestão é aprovada por todos, sendo finalizada a reunião e marcada a próxima para o dia 06/08/2021.

2) O que ficou deliberado

No tocante ao 2º ponto tratado na reunião – elaboração do PPA – foi sugerida a emissão de Nota Técnica, pela AROM e UNDIME, para priorização dos recursos orçamentários para a educação no Plano Plurianual (PPA). Também foi sugerido ao TCE-RO a divulgação de agenda de capacitação sobre a temática, ofertada pelo órgão, aos gestores municipais (*workshops*).

Quanto aos demais pontos – avaliação diagnóstica, transporte escolar e atualizações sobre as comissões para monitoramento – nesta oportunidade não foram feitos apontamentos ou encaminhamentos, e as discussões sobre esses tópicos prosseguirão na próxima reunião do GAEPE, agendada para o dia 06/08/2021, às 14h (quatorze horas).

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Edilis Alencar Piedade, Analista Administrativa do TCE-RO, matrícula n. 321. O referido é verdade e dou fé.



Documento assinado eletronicamente por **EDILIS ALENCAR PIEDADE, Analista**, em 29/07/2021, às 14:37, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.tce.ro.gov.br/validar>, informando o código verificador **0319956** e o código CRC **846974E2**.